

Demonstrações Financeiras

Sisley Participações S/A

31 de dezembro de 2021 e 2020

com o Relatório dos Auditores Independentes

Sisley Participações S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço Patrimonial.....	4
Demonstração do Resultado.....	6
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações de Fluxo de Caixa	8
Notas Explicativas �s Demonstrações Financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Sócios e Administradores da

Sisley Participações S/A

Rio de Janeiro, RJ.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sisley Participações S/A (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Sisley Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em 18 de junho de 2021, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Sisley Participações S/A ("Entidade"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 2.5, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui as opiniões anteriormente emitidas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2022.

MRU Auditores Independentes Ltda.
CRC RJ 009.336/O



Elias Xavier de França Junior
Contador CRC RJ 090.827/O



Raul Cacio Soncin Pimentel
Contador CRC RJ 112.682/O

Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	3	420	400	10.855
Títulos e Valores Mobiliários	3	-	-	8.917
Contas a Receber de Clientes	4	-	-	79.053
Estoque de Direitos Autorais	5	-	-	6.690
Adiantamentos de Despesas		-	-	2.147
Impostos a Recuperar		2	1	2.144
Partes Relacionadas	10	-	21	-
Outros Créditos		1	-	104
Total do Ativo Circulante		423	422	109.910
Realizável a Longo Prazo				
Depósitos Judiciais	11	-	-	10
Outros Créditos		-	-	105
Permanente				
Investimentos	6	130.411	87.659	-
Intangível	7	-	-	202.845
Imobilizado	8	-	-	17.086
Total do Ativo Não Circulante		130.411	87.659	220.046
Total do Ativo		130.834	88.081	329.956
Passivo				
Circulante				
Contas a Pagar a Fornecedores		108	2	7.013
Professores Autores e Coaching		-	-	5.777
Obrigações Trabalhistas		-	-	14.962
Impostos a Recolher		11	-	5.018
Receita Diferida	9	-	-	112.258
Outras Obrigações		6	-	1.142
Total do Passivo Circulante		125	2	146.170
Não Circulante				
Obrigações cotas de Fundo de Investimentos		-	-	59.799
Receita Diferida	9	-	-	15.911
Provisão para Contingências	11	-	-	3.548
Participações a Pagar		-	-	12
Total do Passivo Não Circulante		-	-	79.270
Patrimônio Líquido				
Capital Social	12.1	159.253	98.821	159.253
Outras Reservas	6	434	-	434
Prejuízos Acumulados	0	(28.978)	(10.742)	(28.978)
Patrimônio Líquido		130.709	88.079	130.709
Participação de não Controladores		-	-	(26.193)
Total do Patrimônio Líquido		130.709	88.079	104.516
Total do Passivo		130.834	88.081	329.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020 (reapresentado)	2021
Margem Bruta				
Receita Operacional Líquida	13	-	-	76.037
Custo de vendas e serviços prestados	14	-	-	(28.229)
		-	-	47.808
Despesas Operacionais				
Despesas Comerciais	14	-	-	(6.560)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(926)	(84)	(56.564)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	-	-	4
		(926)	(84)	(63.120)
Resultado em Participações Societárias				
Resultado de Equivalência Patrimonial	6	(14.129)	(5.432)	(5.804)
Amortização de Mais-Valia	6	(3.185)	(2.677)	(1.339)
		(17.314)	(8.109)	(7.143)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(18.240)	(8.193)	(22.455)
Resultado Financeiro Líquido				
Receitas Financeiras	15	5	9	240
Despesas Financeiras	15	(1)	(1)	(3.861)
		4	8	(3.621)
Resultado Antes dos Impostos		(18.236)	(8.185)	(26.076)
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Corrente		-	(2)	-
Diferido		-	-	-
		-	(2)	-
Prejuízo do Exercício Consolidado		(18.236)	(8.187)	(26.076)
Participação de não Controladores		-	-	7.840
Prejuízo do Exercício		(18.236)	(8.187)	(18.236)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
Resultado do Exercício		(18.236)	(8.187)	(18.236)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Outras Reservas	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido	Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1	-	(1)	-	-	-
Aumento de Capital Social	12.1	98.820	-	-	98.820	-	98.820
Prejuízo do Exercício	12.2	-	-	(2.554)	(2.554)	-	(2.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		98.821	-	(2.555)	96.266	-	96.266
Prejuízo do Exercício	12.2	-	-	(8.187)	(8.187)	-	(8.187)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		98.821	-	(10.742)	88.079	-	88.079
Aumento de Capital Social	12.1	60.432	-	-	60.432		60.432
Combina�o de Negócios	2.4	-	-	-	-	(18.763)	(18.763)
Outros reservas de investimento	6	-	434	-	434	410	844
Prejuízo do Exercício	12.2	-	-	(18.236)	(18.236)	(7.840)	(26.076)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		159.253	434	(28.978)	130.709	(26.193)	104.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

Demonstração de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes dos Impostos		(18.236)	(8.187)	(26.076)
Ajustes ao Resultado				
Resultado de Equivalência Patrimonial	6	14.129	5.432	5.804
Amortização e Depreciação	6/7/8	3.185	2.677	5.367
Provisão para Contingências	11			(1.731)
Valor justo outorga	10.3			844
Juros sobre mútuos a receber	10.1	(1)	(1)	(1)
Resultado Ajustado		(923)	(79)	(15.793)
Variações dos Ativos e Passivos				
Contas a Receber		-	-	(21.212)
Contas a Pagar		104	2	4.412
Estoques de Direitos Autorais		-	-	(1.238)
Receita Diferida		-	-	11.390
Obrigações Trabalhistas		-	-	1.079
Impostos a Recolher e a Recuperar		11	(1)	2.129
Outros Ativos e Passivos		6	-	(201)
Líquido nas Atividades Operacionais		(802)	(78)	(19.434)
Fluxo das Atividades de Investimento				
Aquisição de Investida	6	(59.632)	-	(59.632)
Combinação de Negócios	2.4	-	-	8.833
Títulos e Valores Mobiliários	3	-	-	(8.917)
Aquisição de Intangível	7	-	-	(5.026)
Aquisição de Imobilizado	8	-	-	(482)
Mútuos a Receber	10.1	22	(20)	22
Líquido nas Atividades de Investimento		(59.610)	(20)	(65.202)
Fluxo das Atividades de Financiamento				
Integralização de Capital Social	12	60.432	-	60.432
Empréstimos e Financiamentos Pagos		-	-	(25.140)
Obrigações cotas de Fundo de Investimentos		-	-	59.799
Líquido nas Atividades de Financiamento		60.432	-	95.091
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa		20	(98)	10.455
Saldo Inicial Caixa e Equivalente de Caixa	3	400	498	400
Saldo Final Caixa e Equivalente de Caixa	3	420	400	10.855
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa		20	(98)	10.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sisley Participações S.A ("Companhia") foi constituída em 14 de novembro de 2018 sob a denominação social Plitvice Empreendimentos e Participações S.A (antiga denominação da Companhia), com sede em São Paulo – SP, e tem por objeto a participação em outras sociedades operacionais não financeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista (holding). Permaneceu em processo pré-operacional até 2019, quando alterou sua denominação social para Sisley Participações S.A e teve a totalidade de suas ações adquiridas pela Kalon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Sisley realizou a compra de 32,5% de participação da Estratégia Educacional Participações S.A. ("Estratégia Educacional"). A Estratégia Educacional foi constituída em 19 de julho de 2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitais (exemplos: preparatórios para concursos públicos e vestibulares) e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma on-line. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

Em julho de 2021 a Sisley optou por adquirir os 17,5% de participação previstos no SPA e mais 1,5% de participação adicional, perfazendo o total de 19% de participação da Estratégia Educacional Participações S.A, após a referida transação a Sisley passa a exercer o controle societário com participação total de 51,5% das ações da investida.

1.1. Impacto COVID 19

Em março de 2020, o COVID-19 (Coronavírus) foi classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Para desacelerar a contaminação pelo Coronavírus, diversos países impuseram uma série de medidas restritivas de deslocamento social, como a quarentena e fechamento de fronteiras com outros países, situações sem precedentes na história recente do mundo. Seguindo isto, o governo brasileiro, incluindo seus estados e municípios, adotou também uma série de medidas para minimizar o risco de contaminação da população e um colapso no sistema de saúde, e medidas para minimizar o impacto econômico nos diversos setores, como a possibilidade de prorrogar o pagamento de alguns dos impostos, entre outros decretos e medidas provisórias.

Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, medidas rápidas foram tomadas pela Administração a fim de resguardar seus colaboradores, suas operações e sua saúde financeira, podemos citar como medidas avaliadas foram:

- i) Mudanças na forma de acesso aos clientes com potenciais reflexos na receita do período e nas margens;
- ii) Capacidade de captação e renovação dos empréstimos e financiamentos bancários com condições especiais por conta da pandemia;
- iii) Reviu sua necessidade de espaço físico nos escritórios e devolveu parte deles, com redução de custos de aluguel para os próximos anos;
- iv) Impactos no processamento das operações a partir de potenciais impacto na saúde dos colaboradores.

A Companhia realizou o estudo dos itens elencados acima, definiu e executou ao longo do ano um plano de ação eficaz para os riscos identificados. Desta forma, a Companhia mitigou os impactos do COVID-19 e não identificamos impactos adicionais relevantes que impactassem suas informações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O exercício social da Companhia inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ou custo amortizado, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros ativos e passivos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos por meio de resultado e os ajustes para o valor justo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela administração em 14 de março de 2022.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Participação	Percentual Participação	
		31/12/2021	31/12/2020
Estratégia Educacional Participações S.A ("Estratégia")	Direta	51,50%	32,50%
Estratégia Concursos S/A	Indireta	51,50%	32,50%
Estratégia Educacional Fundo de Investimento	Indireta	5,78%	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.4. Combinação de negócios

Em julho de 2021 a Companhia adquiriu 19% de participação da Estratégia Educacional Participações S.A (“Estratégia”), completando um total de 51,5% de participação, passando a deter o controle sobre a mesma, assim em 2021 a companhia passa a apresentar os saldos consolidados a partir da data de aquisição do controle da investida. O quadro abaixo demonstra os saldos da Estratégia na data de aquisição do controle, a alocação do preço de compra e o saldo total:

	<u>Nota</u>	<u>Estratégia</u>	<u>Alocação</u>	<u>Combinação</u>
Ativos				
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa		8.833	-	8.833
Contas a Receber		57.841	-	57.841
Estoques		5.452	-	5.452
Adiantamentos		5.600	-	5.600
Impostos a Recuperar		2.049	-	2.049
Outros Créditos		182	-	182
Total do Ativo Circulante		79.957	-	79.957
Realizável a Longo Prazo				
Depósitos Judiciais		10	-	10
Outros Créditos		105	-	105
Permanente				
Imobilizado		17.597	-	17.597
Intangível		40.783	160.071	200.854
Total do Ativo Não Circulante		58.495	160.071	218.566
Total do Ativo		138.452	160.071	298.523
Passivos				
Circulante				
Fornecedores		5.066	-	5.066
Professores Autores e Coaching		6.763	-	6.763
Impostos a Recolher		2.795	-	2.795
Obrigações Trabalhistas		13.883	-	13.883
Receita Diferida		100.868	-	100.868
Outras Obrigações		989	-	989
Total do Passivo Circulante		130.364	-	130.364
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos		25.572	-	25.572
Receita Diferida		15.911	-	15.911
Provisão para Contingências		5.279	-	5.279
Participações a Pagar		12	-	12
Total do Passivo Não Circulante		46.774	-	46.774
Investimento (51,5% de participação)		(19.923)	160.071	140.148
Participação de não Controladores		(18.763)	-	(18.763)
Acervo Líquido na Combinação		(38.686)	160.071	121.385
Total do Passivo		138.452	160.071	298.523

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.5. Reapresentação

Devido a demora para conclusão da avaliação a alocação do preço de compra da aquisição a companhia registrou de forma incompleta os resultados de em investimentos de 2019 e 2020, após a conclusão das avaliações em 2021 a companhia está reapresentando o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado referentes ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

Os ajustes no exercício anual findo em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes;

- Resultado negativo de equivalência patrimonial do período no valor do R\$ 1.286 mil;
- Reconhecimento da despesa de amortização da mais-valia do período no valor de R\$ 446 mil.

O quadro abaixo demonstra os quadros do exercício anual findo em 31 de dezembro de 2019 anteriormente apresentado, o efeito dos ajustes e os saldos reapresentados:

Balanço Patrimonial em 31/12/2019	Nota	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Ativo Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa		498	-	498
		498	-	498
Ativo Não Circulante				
Investimentos		97.500	(1.732)	95.768
		97.500	(1.732)	95.768
Total do Ativo		97.998	(1.732)	96.266
Patrimônio Líquido				
Capital Social		98.821	-	98.821
Prejuízos Acumulados		(823)	(1.732)	(2.555)
		97.998	(1.732)	96.266
Total do Passivo		97.998	(1.732)	96.266
Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Despesas Operacionais				
Despesas Gerais e Administrativas		(810)	-	(810)
		(810)	-	(810)
Resultado em Participações Societárias				
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	(1.286)	(1.286)
Amortização de Mais Valia		-	(446)	(446)
		-	(1.732)	(1.732)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(810)	(1.732)	(2.542)
Resultado Financeiro Líquido				
Receitas Financeiras		1	-	1
Despesas Financeiras		(13)	-	(13)
		(12)	-	(12)
Resultado do Exercício		(822)	(1.732)	(2.554)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.5. Reapresentação (Continuação)

Em 2020 além do impacto dos ajustes de 2019 anteriormente descritos também há ajuste referente à despesas de amortização de mais-valia do exercício de 2020 no valor de R\$ 2.677 mil.

O quadro abaixo demonstra os quadros do exercício anual findo em 31 de dezembro de 2020 anteriormente apresentado, o efeito dos ajustes e os saldos reapresentados:

Balanco Patrimonial em 31/12/2020	Nota	Anterior	Ajuste	Reapresentado
Ativo Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa		400	-	400
Impostos a Recuperar		1	-	1
Partes Relacionadas		21	-	21
		422	-	422
Ativo Não Circulante				
Investimentos		92.068	(4.409)	87.659
		92.068	(4.409)	87.659
Total do Ativo		92.490	(4.409)	88.081
Passivo Circulante				
Contas a Pagar a Fornecedores		2	-	2
		2	-	2
Patrimônio Líquido				
Capital Social		98.821	-	98.821
Prejuízos Acumulados		(6.333)	(4.409)	(10.742)
		92.488	(4.409)	88.079
Total do Passivo		88.081	(4.409)	88.081
Demonstração do Resultado do Exercício				
Despesas Operacionais				
Despesas Gerais e Administrativas		(84)	-	(84)
		(84)	-	(84)
Resultado em Participações Societárias				
Resultado de Equivalência Patrimonial		(5.432)	-	(5.432)
Amortização de Mais Valia		-	(2.677)	(2.677)
		(5.432)	(2.677)	(8.109)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(5.516)	(2.677)	(8.193)
Resultado Financeiro Líquido				
Receitas Financeiras		9	-	9
Despesas Financeiras		(1)	-	(1)
		8	-	8
Resultado Antes dos Impostos		(5.508)	(2.677)	(8.185)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2)	-	(2)
Resultado do Exercício		(5.510)	(2.677)	(8.187)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.6. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações

2.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.8. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, A Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O Departamento Financeiro da Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Esse departamento compreende o diretor e gerente financeiros. Quando necessário é envolvido avaliadores externos, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida.

Para fins de divulgações do valor justo, A Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa em espécie, contas bancárias e aplicações de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. E são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Essas aplicações são mensuradas ao custo no reconhecimento inicial, acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo estes registrados na demonstração do resultado do exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando relevante, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização.

2.12. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, os estoques consistem em direitos autorais sobre vendas de cursos e pacotes dos livros digitais. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.14. Investimentos

A Companhia possui investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

2.15. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

2.16. Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.17. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A receita da venda de livros digitais e prestação de serviços é reconhecida na demonstração do resultado na medida em que os livros digitais são disponibilizados para os clientes e os serviços são efetivamente prestados mediante o valor estabelecido pela Administração.

A venda de livros digitais refere-se ao material eletrônico disponibilizado para download e utilização do aluno, seja ele apostila, provas e/ou vídeo aulas e os serviços prestados referem-se aos serviços de resposta aos fóruns de pergunta, monitoria e auxílio aos alunos, aula online, entre outros.

Quando aplicável, os livros vendidos e serviços contratados e ainda pendentes de realização são registrados no passivo como receitas diferidas de acordo com a vigência contratual.

As receitas de livros digitais e serviços prestados são reconhecidas no resultado conforme a disponibilização de materiais para o cliente.

A receita é apresentada na demonstração do resultado líquida de deduções, incluindo os impostos incidentes, quando aplicável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas e os serviços prestados.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário de políticas contábeis (Continuação)

2.18. Impostos de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

2.19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.21. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso da Companhia a avaliação considerou de forma consolidada, a Administração Central como única unidade geradora de caixa.

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

(i) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

2.24. Novas normas em vigor a partir de em 31 de dezembro de 2021 ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa & Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de caixa e equivalente de caixa são assim compostos:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Depósitos Bancários	420	13	440
Fundos de Investimentos	-	387	10.415
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	8.917
Total	420	400	19.772
Caixa e Equivalentes de Caixa	420	400	10.855
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.917

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo Estratégia sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco, com taxa média de 92,25% do CDI e SELIC 9,25% a.a. podendo ser resgatada a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem mudança substancial de seus valores.

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como Títulos de renda fixa. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizados ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN etc.).

4. Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de contas a receber de clientes são assim compostos:

	Consolidado
	31/12/2021
Contas a receber a vencer	79.053
Total	79.053

O saldo da rubrica contas a receber de clientes não possui saldos vencidos, e o saldo total está a vencer após 31 de dezembro de 2021.

5. Estoque de Direitos Autorais

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de estoques de direitos autorais são assim compostos:

	Consolidado
	31/12/2021
Custos com direitos autorais	6.690
Total	6.690

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos

Em 2019 a Sisley adquiriu 32,5% de participação na Estratégia Educacional Participações S.A. ("Estratégia Educacional") por R\$ 97,5 milhões. Em 2021 a Sisley exerceu a opção de compra adicional e adquiriu mais 19% de participação da Estratégia pelo valor de R\$ 59.6 milhões, passando a ter o total de 51,5% de participação e assim adquirindo o controle da investida. A Estratégia tem como objetivo desenvolver projetos na área educacional, possui como principais operações a venda de livros digitas (exemplos: preparatórios para concursos públicos e vestibulares) e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma on-line. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo - SP. Segue abaixo quadro com a movimentação dos saldos de investimento no período:

	DMPL Estratégia	Equivalência Patrimonial	Mais-Valia	Good-Will	Total
Primeira Aquisição	(158)	(51)	42.048	55.504	97.500
Resultado do Período	(3.956)	(1.286)	-	-	(1.286)
Amortização de Ágio	-	-	(446)	-	(446)
Saldo em 31/12/2019	(4.114)	(1.337)	41.601	55.504	95.768
Resultado do Exercício	(16.713)	(5.432)	-	-	(5.432)
Amortização de Ágio	-	-	(2.677)	-	(2.677)
Saldo em 31/12/2020	(20.827)	(6.769)	38.924	55.504	87.659
Resultado do Período	(17.859)	(5.804)	-	-	(5.804)
Amortização de Ágio	-	-	(1.339)	-	(1.339)
Saldo em 30/06/2021	(38.686)	(12.573)	37.585	55.504	80.516
Aquisição do Controle	-	(7.350)	22.771	44.211	59.632
Resultado do Período	(16.166)	(8.325)	-	-	(8.325)
Amortização de Ágio	-	-	(1.846)	-	(1.846)
Instrumento Patrimonial	844	434	-	-	434
Saldo em 31/07/2021	(54.008)	(27.814)	58.510	99.715	130.411

Os principais saldos da coligada são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	109.487	69.679	96.023
Ativo não circulante	61.821	53.731	16.122
Exigibilidades	225.316	102.583	108.031
Patrimônio Líquido	(54.008)	(20.827)	(4.114)
	2021	2020	2019
Receita Líquida	164.712	146.215	49.977
Custo na Venda e Serviços	(63.198)	(57.236)	(16.044)
Margem Bruta	101.514	88.979	33.933
Despesas Operacionais	(129.971)	(101.200)	(23.507)
Resultado Financeiro	(5.566)	(4.482)	(337)
Lucro antes dos Impostos	(34.023)	(16.703)	10.089
Impostos sobre o Lucro	-	(10)	(1.909)
Resultado do Exercício	(34.023)	(16.713)	8.180

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

A movimentação dos saldos de intangível da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Consolidado					Total
	<i>Good-Will</i> "Estratégia"	Marcas e Patentes	Direitos Autorais	Softwares	Intangível em Andamento ^(a)	
Vida útil média em anos	-	-	10	5	-	
Custo Histórico	99.715	24.873	66.416	2.325	15.265	208.594
Amortização Acumulada	-	-	(7.013)	(727)	-	(7.740)
Combinação de Negócio	99.715	24.873	59.403	1.598	15.265	200.854
Aquisições no período	-	587	-	-	4.439	5.026
Transferências no período	-	-	264	-	(264)	-
Amortização do período	-	-	(2.769)	(266)	-	(3.035)
Custo Histórico	99.715	25.460	66.680	2.325	19.440	213.620
Amortização Acumulada	-	-	(9.782)	(993)	-	(10.775)
Saldo em 31/12/2021	99.715	25.460	56.898	1.332	19.440	202.845

a) Refere-se à aquisição de Direitos Autorais relacionados ao curso de Residência Médica a ser lançado completamente ao final de 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

A movimentação dos saldos de imobilizado da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Consolidado						Total
	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Equipamentos de Comunicação	Móveis e Utensílios	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros ^(a)	Imobilizado em Andamento	
Vida útil média em anos	10	5	10	10	-	-	
Custo Histórico	3.036	4.739	2.624	909	8.224	2.785	22.317
Depreciação Acumulada	(849)	(1.693)	(990)	(440)	(748)	-	(4.720)
Combinação de Negócio	2.187	3.046	1.634	469	7.476	2.785	17.597
Aquisições no período	158	319	-	5	-	-	482
Transferências no período	209	-	-	30	2.414	(2.653)	-
Depreciação do período	(141)	(394)	(271)	(41)	(146)	-	(993)
Custo Histórico	3.403	5.058	2.624	944	10.638	132	22.799
Depreciação Acumulada	(990)	(2.087)	(1.261)	(481)	(894)	-	(5.713)
Saldo em 31/12/2021	2.413	2.971	1.363	463	9.744	132	17.086

a) O Grupo possui a média de 4 anos nos seus contratos de aluguéis.

As principais aquisições e projetos no ano 2021 estão relacionados à continuidade da expansão da capacidade de produção de videoaulas por meio de novos estúdios de gravações e modernização de equipamentos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Receitas Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de receitas diferidas são assim compostos:

	Consolidado
	31/12/2021
Livros digitais	122.096
Serviços prestados	17.761
Cancelamentos ^(a)	(11.688)
Total	128.169
Curto Prazo	112.258
Longo Prazo	15.911

a) O Grupo possui a média de 4 anos nos seus contratos de aluguéis. Refere-se a cancelamentos por desistência do curso, aprovação em concursos ou migração para um outro produto que serão reconhecidos no resultado mês a mês anulando os respectivos reconhecimentos das receitas.

10. Partes Relacionadas

10.1. Contrato de Mutuo

Em 19 de agosto de 2020 a Sisley celebrou contrato de mutuo com a Millet Participações S/A ("Millet") no valor de R\$ 21 mil referente a obrigações da Millet quitadas pela Sisley na mesma data. O valor do mutuo foi totalmente quitado em 6 de janeiro de 2021 pelo valor atualizado de R\$ 22.

10.2. Remuneração da Administração

A remuneração da Administração corresponde a remuneração paga a Diretores conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo pagos na forma de honorários e prolabore. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os honorários dos administradores apropriado ao resultado foram de R\$4.518 (R\$4.451 em 31 de dezembro de 2020).

10.3. Instrumentos patrimoniais outorgados

A Estratégia possui um plano de incentivo de longo prazo que oferece aos executivos. Como o Estratégia optou pela outorga em Instrumentos Patrimoniais (ações) a contrapartida do lançamento da despesa é o Patrimônio Líquido a seu valor justo mensurado na data a outorga, obedecido o regime de competência.

Plano de opções de compras de ações Estratégia Educacional:

- Quantidade de ações: Contempla direito de compra da totalidade de 15.240 ações, sendo que 10.240 são do Tipo A e 5.000 do Tipo B;
- Data da concessão (Grant Date): data da outorga das opções em 31 de março de 2021;
- Períodos de maturação: Duas formas distintas: para a maioria dos beneficiários, 21% das opções podem ser vestidas imediatamente após a outorga, mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados da data da outorga, e o restante 30% podem ser vestidos a partir de 30 de setembro de 2024; (ii) na segunda forma de outorga, as opções poderão ser vestidas na proporção de 14% das ações após a primeira maturação, em 1º de fevereiro de 2022 e mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados a partir da primeira data de maturação, e o restante 30% poder ser vestidas a partir de 1º de fevereiro de 2026.
- Datas máximas para exercício: O prazo limite para o exercício do direito de compra se encerra após decorridos 8 (oito) anos contados a partir da data de outorga;
- As Opções somente poderão ser exercidas de acordo com as condições previstas nos contratos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para Contingencias

A Administração da Companhia avalia periodicamente, com base na opinião de seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos em cada processo e quando necessário, mudanças na expectativa de risco de processos fiscais podem demandar constituição adicional de provisão para riscos, conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Trabalhista	3.496
Civil	52
Total	<u>3.548</u>

A movimentação e composição dessa provisão são como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Combinação de Negócios Reversões e Pagamentos	5.279 (1.731)
Total	<u>3.548</u>

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo de R\$ 10 referente a depósitos judiciais trabalhistas.

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, fiscal e outras envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$43.909 em 31 de dezembro de 2021, o qual é demonstrado por natureza, como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Trabalhista	95
Civil	1.047
Fiscal ^(a)	42.470
Total	<u>43.612</u>

a) Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de multa isolada e juros pela falta de retenção na fonte e recolhimento do Imposto de Renda sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do fisco, as SCP foram utilizadas para dissimilar prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado R\$ 18.553, em 31 de dezembro de 2021. Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de Contribuição Previdenciária Patronal e dos Segurados e Multas Previdenciárias sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do Fisco, as SCP foram utilizadas para dissimilar prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado R\$ 23.917, em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital social

A Companhia foi constituída em 14 de novembro de 2018 com a subscrição de 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal no valor total de mil e duzentos reais totalmente integralizado por acionistas domiciliados no País.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 20 de março de 2019 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 420, mediante a emissão de 420.000 novas ações ordinárias, com as mesmas características das já existentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente integralizado em 23 de maio de 2019.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 12 de agosto de 2019 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 89.400, mediante a emissão de 98.400.000 novas ações ordinárias, com as mesmas características das já existentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizado até 23 de agosto de 2019.

Em 7 de maio de 2021 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 55.000 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 26 de julho de 2021 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 4.632 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 25 de agosto de 2021 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 800 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 60.423, mediante a emissão de 60.431.902 novas ações ordinárias, com as mesmas características das já existentes, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, através da integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados ao longo de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da companhia é de R\$ 98.821 (R\$ 159.253 em 31 de dezembro de 2020) referentes à 98.821.200 (159.252.902 em 31 de dezembro de 2020) ações totalmente integralizadas.

Data da Assembleia	Quantidade de Ações	Capital Social
14 de novembro de 2018	1.200	1
20 de março de 2019	420.000	420
12 de agosto de 2019	98.400.000	98.400
30 de dezembro de 2021	60.431.702	60.432
Total	159.252.902	159.253

12.2. Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de prejuízos acumulados da companhia é de R\$ 28.978 (R\$ 10.742 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita Operacional

Em 2020, as receitas operacionais são assim compostas:

	Consolidado
	2021
Livros digitais	82.218
Serviços prestados	17.171
Receita Bruta	99.389
Impostos incidentes sobre vendas	(8.641)
Cancelamentos	(14.711)
Receita Líquida	76.037

14. Custos e Despesas

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando classificação da despesa com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Direitos autorais	-	-	(6.856)
Serviços prestados	-	-	(12.872)
Outros custos diretos	-	-	(8.501)
Despesa com pessoal	(36)	(36)	(36.340)
Serviços de terceiros	-	-	(7.507)
Despesas com viagens	-	-	(276)
Despesas com marketing	-	-	(10.827)
Despesas administrativas	(890)	(48)	(3.416)
Depreciação e amortização	-	-	(2.091)
Outras receitas (despesas)	-	-	(2.663)
Total	(926)	(84)	(91.349)
Custo de vendas e serviços prestados	-	-	(28.229)
Despesas Comerciais	-	-	(6.560)
Despesas Gerais e Administrativas	(926)	(84)	(56.564)
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	4

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado Financeiro

Em 2021 e 2020, as receitas e despesas financeiras da Companhia são assim compostas:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	176
Descontos obtidos	-	-	52
Receitas Financeiras	-	-	228
Juros pagos e atualizações	(2)	(3)	(3.258)
Outras despesas financeiras	(1)	(2)	(1.367)
Despesas Financeiras	(3)	(5)	(4.625)
Resultado Financeiro Líquido	(3)	(5)	(4.397)

16. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Coberturas	31/12/2021
Garantia – Fiança locatícia	71
Patrimonial – Residencial/Empresarial	12.153
Total	12.224

17. Eventos Subsequentes

Em 07 de março de 2022 a controlada Estratégia Concursos S.A. captou, via Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), o montante de R\$15 milhões com o Banco ABC Brasil S.A. Esse valor corresponde à última operação financeira prevista pelo Conselho de Administração, conforme planejamento de 2022-2025. A operação terá um prazo de 48 meses, sendo 12 meses de carência para amortização do principal. A única garantia da operação será direito creditório, correspondente a 70% do principal da dívida.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Administração

Natali Oliveira Duarte
Diretora Presidente
CPF: 362.364.308-45

Monique Werlick Bravo Lima
Contadora
CRC: RJ-102269/O-9